

.....

O antropólogo como agente e o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade pela Unesco

Simone Pondé Vassallo

O Brasil tem se caracterizado pelo envolvimento crescente de antropólogos na esfera pública e em dinâmicas de patrimonialização que podem ou não envolver o Estado. A própria definição de patrimônio e as políticas voltadas para a sua preservação têm se flexibilizado desde os anos 1980. O patrimônio deixa de se referir apenas aos bens imóveis relacionados à noção de passado histórico e passa a englobar o cultural, o intangível, o genético, o intelectual. Dá-se início a um processo de “patrimonialização das diferenças” (Abreu, 2015), que traz para o centro do debate a ênfase em narrativas plurais ancoradas na noção de diversidade. As novas modalidades de políticas patrimoniais supõem a participação ativa de diversos setores da sociedade civil e dos grupos detentores do bem patrimonializado. Com isso, o campo do patrimônio deixa de se concentrar nos órgãos governamentais e começa a abarcar movimentos sociais, organizações não governamentais e diversos setores das camadas populares (Abreu, 2015).

Essas mudanças trazem novas modalidades de participação dos antropólogos que suscitam reflexões: eles não são mais apenas pretensos observadores distanciados – se é que algum dia o foram – mas sim, muitas vezes, agentes engajados nos processos de patrimonialização. Neste artigo eu gostaria de chamar a atenção para um dos possíveis efeitos da atuação dos antropólogos: o de que eles contribuem para a mudança de enquadramento não só do bem patrimonializado, mas também das narrativas em torno da identidade e da história dos grupos que ele simboliza.

Parto da análise do Cais do Valongo, um sítio arqueológico localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro que foi desenterrado em 2011. Desde então, vem se tornando o maior símbolo do tráfico transatlântico de africanos em todo o mundo e foi reconhecido como patrimônio da humanidade pela Unesco em julho de 2017. Este trabalho se propõe a pensar o processo de patrimonialização do Cais do Valongo e a atuação do antropólogo Milton Guran nesse contexto. Procuro mostrar que, através das suas ações, o antropólogo Milton Guran contribuiu intensamente para a difusão de um novo enquadramento da escravidão negra no Brasil, que se configura com base em uma nova moralidade que denuncia o processo de dominação e de escravização dos africanos e dos afrodescendentes. Inspirando-me em Bruno Latour e Steve Woolgar (1997) e Michel Callon (1986), acredito que o antropólogo, juntamente com outros agentes, *produz* os novos significados atribuídos ao sítio arqueológico. Nesse sentido, as representações que ele propõe são construções sociais que se tornam possíveis em virtude de intensos diálogos entre o plano local e o global em que novos sentidos para a escravização também são elaborados.

A patrimonialização do Cais do Valongo

Desde os anos 1980, a Zona Portuária é reivindicada pelo movimento negro como um “território afrodescendente” e é popularmente chamada de a “Pequena África brasileira” (Guimarães, 2014; Vassallo,

2015). A partir dessa década, graças à redemocratização da sociedade brasileira e à reestruturação do movimento negro, a intensa mobilização de suas lideranças transformou alguns locais dessa região em símbolos de africanidade (Soares, 1999; Vassallo, 2015). Dentre eles, podemos mencionar a Pedra do Sal, um dos primeiros bens tombados, em 1984, que faz referência à cultura afro-brasileira. O local simboliza um dos berços do samba e da cultura afro-carioca, um importante ponto de encontro de africanos, baianos e cariocas ligados à estiva, ao candomblé e à capoeira durante o pós-abolição. Na região portuária também se localiza o Quilombo da Pedra do Sal, cuja identidade quilombola foi reivindicada no início dos anos 2000 e oficialmente reconhecida pela Fundação Palmares em 2005, e cujos integrantes reclamam a herança cultural da Pequena África (Guimarães, 2014).

Na localidade também se encontra o Centro Cultural José Bonifácio, transformado em centro de referência da cultura afro-brasileira nos anos 1980. A região portuária abriga ainda o sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos, descoberto em 1996, onde teriam sido enterrados dezenas de milhares de cativos africanos que morreram logo após o desembarque dos navios negreiros, entre aproximadamente 1770 e 1830. A descoberta do cemitério chamou a atenção para o fato de que aquela região, também conhecida como Valongo, teria concentrado, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, um enorme complexo escravagista que englobava o desembarque dos cativos africanos, a sua quarentena, a sua comercialização e o seu enterramento (Honorato, 2008). A partir dos anos 2000, essa mesma localidade torna-se alvo de ambiciosos projetos de revitalização urbana, desenvolvidos pela prefeitura com o intuito de modernizá-la: o Plano Porto do Rio (2001-2008) e o Projeto Porto Maravilha (2009-2016). Trata-se, portanto, de um território que é alvo de intensas disputas entre atores que propõem distintas narrativas e modos de apropriação.

Entre 2004 e 2005, no contexto do primeiro projeto de revitalização, houve uma primeira tentativa de desenterramento do Cais do Valongo, sob a iniciativa de pesquisadores e lideranças do movimento negro. O pedido não foi aceito pelo Iphan, mas os seus articuladores conseguiram sensibilizar o prefeito a criar o Decreto Municipal nº 24.088, de 5 de abril de 2004, que previa a criação de um museu a céu aberto evidenciando o patrimônio afrodescendente na região, e a construção de um portal simbolizando o desembarque de cativos africanos. As iniciativas não saíram do papel, o que revela as tensões e as divergências de interesses envolvendo o processo de patrimonialização da herança africana na região.

O Cais do Valongo foi desenterrado em 2011, quando a Zona Portuária já era alvo de um novo e mais ambicioso projeto de revitalização, o Porto Maravilha, que engloba uma superfície de 5 milhões de metros quadrados, com um orçamento inicial de R\$ 7,6 bilhões no intuito de modernizar e “adequar” a cidade aos grandes eventos que tem se proposto a abrigar. Logo que foi desenterrado, o cais rapidamente adquiriu o sentido de uma forte denúncia do preconceito racial na sociedade brasileira, através da atuação da equipe de arqueologia responsável pela escavação do sítio. Para a coordenadora da equipe, que é também pesquisadora e professora universitária, o cais teria sido o principal local de desembarque de africanos escravizados na cidade e no país, tendo recebido cerca de um milhão de cativos recém-chegados da África (Vassallo; Cicalo, 2015). Ele teria funcionado durante o período em que o tráfico negreiro atingiu seu auge – as primeiras décadas do século XIX – devido à expansão das lavouras de café na Região Sudeste, e perdido a função de desembarque de africanos em 1831, com a proibição do tráfico transatlântico negreiro.

Segundo as narrativas desenvolvidas pelos arqueólogos, o local desenterrado e exposto ao público passou a ser valorizado pela superposição de três camadas arqueológicas: a do próprio Cais do Valongo, que teria sido construído cerca de 1811; a do Cais da Imperatriz, construído em 1843 sobre o primeiro, com o intuito de embelezá-lo para receber a princesa Teresa Cristina das Duas Sicílias, que ali desembarcaria para

consumar seu casamento com o imperador D. Pedro II; a da Praça Jornal do Comércio, na primeira década do século XX, quando o então prefeito Pereira Passou realizou obras de modernização do porto que levaram ao aterramento de boa parte do litoral do Centro e da região portuária. Assim, através de um sucessivo processo de ocultamento de cada uma das três camadas arqueológicas e das respectivas memórias que o simbolizam, o sítio arqueológico é atualmente lembrado, valorizado e exibido. Mas é principalmente a superposição do cais do Valongo e o da Imperatriz que interessa aos pesquisadores responsáveis pela escavação. De acordo com a arqueóloga que coordenou a equipe,

Os escravos foram esquecidos e, mais do que isso, eles foram deliberadamente apagados ao ser colocado sobre o Cais do Valongo o Cais da Imperatriz, num processo de superposição fortemente simbólico. Sobre a escória humana trazida da África foi colocada uma princesa europeia, uma Bourbon, a Princesa das Duas Sicílias. Ela pisando sobre os negros.¹

Assim, no seu entendimento, o cais trazia à tona o histórico processo de dominação racial do Brasil. Seu interesse não recaía sobre o Cais da Imperatriz, já que, nas suas palavras, a realeza tinha sido suficientemente lembrada na memória oficial. Ao contrário, sua opção foi pelo Cais do Valongo que, segundo ela, traria o “discurso silencioso” dos africanos escravizados e recém-chegados ao país.

Entendendo que se tratava de um sítio arqueológico que deveria ser valorizado e aberto à visitação pública, a equipe de arqueologia alertou as autoridades responsáveis: o prefeito, a Secretaria Municipal de Patrimônio, a companhia incumbida do projeto de revitalização (CDURP) e o Iphan, dentre outros. Os arqueólogos também informaram a mídia e alguns setores do movimento negro, pois acreditavam que o cais era acima de tudo um patrimônio que pertencia aos afrodescendentes.

1 Cf. http://www.youtube.com/watch?v=RQP_spn0U3E.

Através das ações desses pesquisadores, lideranças do movimento negro passaram a conhecer o sítio arqueológico e a participar do seu processo de patrimonialização (Vassallo; Cicalo, 2015). Para eles, o cais não representava apenas a persistente dominação racial que perpassa a sociedade brasileira, mas era também um lugar de ancestralidade. Por ali teriam desembarcado os seus ancestrais africanos e, com eles, as culturas e as religiões que deram origem às práticas afro-brasileiras, tanto sagradas quanto profanas. De acordo com uma prestigiosa mãe de santo em sua visita ao local, ali estava a “raiz de tudo”.

Através da atuação conjunta desses três grupos de atores – representantes do poder público, lideranças do movimento negro e pesquisadores universitários – foi criado pela prefeitura o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na região portuária, que incluía o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, a Pedra do Sal e alguns outros bens, num processo permeado por inúmeros conflitos (Vassallo; Cicalo, 2015).

O antropólogo como agente

Milton Guran é antropólogo, fotógrafo, e foi professor visitante da UFF (Universidade Federal Fluminense) vinculado ao LABHOI (Laboratório de História Oral e Imagem), que se dedica às memórias da escravidão mantidas hoje por descendentes de escravizados). Em diversas situações, Guran se define como filho de um negro e bisneto de uma escrava, apesar de ele próprio se considerar branco por não ter os marcadores raciais comumente atribuídos aos negros. A partir dos anos 1980, dedicou-se à antropologia visual e começou a trabalhar com a questão indígena. No entanto, em seu doutorado em Antropologia Social concluído em 1996 na EHESS (École des Hautes Études en Sciences Sociales) de Paris, Guran se interessou pelo estudo dos africanos escravizados no Brasil que retornaram ao continente negro, dando origem ao livro *Agudás: Os “brasileiros” do Benin* (Guran, 2000).

No início de 2011, Guran se tornou o representante brasileiro do Comitê Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo da Unesco (RDE). Criado em 1994, o RDE procura patrimonializar os locais mais emblemáticos do tráfico transatlântico negreiro, tanto na África quanto nos outros continentes. Com isso, a Unesco pretende desenvolver o turismo de memória e contribuir para a reflexão sobre os efeitos da escravidão negra no passado e no presente. Nos termos do atual coordenador geral do RDE, o patrimônio tem hoje um papel fundamental na reflexão sobre o dever de memória, que poderia conduzir a práticas libertadoras (Moussa, 2014).

Imbuído dessa nova responsabilidade, Guran e sua equipe começaram a elaborar o *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil* (Mattos; Abreu; Guran, 2014), que nunca havia sido realizado no Brasil, apesar de o RDE ter representantes no país há cerca de 10 anos. A intenção do inventário era dar visibilidade aos locais relacionados à presença histórica dos africanos, tais como os de desembarque, comercialização e cultos religiosos, dentre outros.

Poucos meses depois do início do inventário, Guran toma ciência do Cais do Valongo, do Cemitério dos Pretos Novos e de todo o complexo escravagista da região portuária do Rio de Janeiro, e fica impressionadíssimo com o que vê. Para Guran, ali estava “o farol, a joia da coroa” do inventário (entrevista, junho de 2014),² o local mais emblemático e significativo do desembarque de africanos no país. O antropólogo promove então uma ressignificação do sítio arqueológico, que não simboliza mais apenas a ancestralidade negra carioca e brasileira e nem o persistente preconceito racial no Brasil. Nas suas palavras, o Cais do Valongo se torna “o local mais representativo do tráfico transatlântico negreiro *em todo o mundo*”. Para ele, esse simbolismo se deveria ao fato de o Brasil e

² Todas as outras falas de Milton Guran que se encontram entre aspas foram extraídas da mesma entrevista, realizada em junho de 2014.

o Rio de Janeiro terem sido, respectivamente, o país e a cidade que mais receberam africanos escravizados (Vassallo, 2016). Com isso, Guran produz uma mudança de escala das ações e das representações em torno do cais, que passam da esfera local à global. O cais simboliza assim ora os cerca de 2,6 milhões de africanos que teriam chegado ao Rio ao longo da história, ora os cerca de 4 milhões que teriam sido trazidos à força para todo o Brasil. Segundo Guran, o cais é “o mais eloquente símbolo do tráfico transatlântico negreiro”, “o maior monumento da diáspora africana fora da África”.

A afirmação de que o Brasil foi o maior país escravagista do mundo não é nova. Ela é veiculada desde ao menos o início dos anos 2000 e está presente na placa colocada pela prefeitura no Cemitério dos Pretos Novos em 2001, segundo a qual, no início do século XIX, “a cidade do Rio de Janeiro concentrou a maior população urbana de negros escravos em todo o mundo”. No entanto, esta ideia era comumente acionada com o intuito de dar visibilidade à presença e à contribuição dos africanos e afrodescendentes para a construção da cultura e da sociedade brasileiras. O que muda na narrativa de Guran é a nova moralidade com que esse fato histórico é lembrado, que repousa na denúncia do processo de dominação e de escravização dos africanos e afrodescendentes (Vassallo, 2016, 2017).

Guran se empenha então num outro projeto, o de dar visibilidade a esse local, trazer à tona a memória que ele considera ocultada. Para ele, “a presença africana foi apagada da nossa memória. Construíram um bairro inteiro, a Gamboa, em cima do local que conta essa história [...]”. Assim, faz-se necessário “revelar” o passado, “retirar os véus” que o encobrem, bem como denunciar o “branqueamento dessa memória”. Com isso, Guran propõe uma nova narrativa sobre o espaço urbano e sua história que se contrapõe às grandes narrativas oficiais da nação, na medida em que busca trazer à tona uma memória subterrânea (Polak, 1989), ocultada e silenciada sobre os escravizados e o processo de escravização. Tais relatos procuram desnaturalizar as representações

cristalizadas em torno da escravização e denunciar os horrores aos quais os africanos escravizados eram submetidos e a participação do Estado brasileiro nesse processo.

Mas, ao fazê-lo, Guran produz o seu próprio enquadramento dessa história subterrânea. Tal como o que ocorre com a noção de “descoberta científica” (Latour; Woolgar, 1997), o sítio arqueológico e seus significados são tratados pelo antropólogo como se tivessem uma existência *a priori* e estivessem somente à espera da chegada do pesquisador para serem “descobertos”. No entanto, creio que seria mais adequado propor que os entendimentos que Guran traz para o sítio arqueológico também são construções sociais, pois não há nenhum significado inerente ou intrínseco a este ou a qualquer outro local. Essas construções são dotadas de um forte aspecto político de denúncia dos horrores cometidos pelo processo de escravização e seus efeitos no presente, mas só podem emergir no contexto mais amplo das novas representações que vêm sendo elaboradas para a escravidão no Brasil e no mundo.

É o papel de “trazer à tona” o passado que ele atribui a si próprio, à sua equipe de colaboradores e aos demais interessados no projeto de dar visibilidade ao patrimônio relacionado ao tráfico transatlântico de africanos para o Novo Mundo. Desta forma, Guran vai ao encontro da proposta do RDE de utilizar o patrimônio como um meio de sensibilizar a população em relação aos nefastos efeitos do comércio de africanos. Esse entendimento também fica evidente no projeto de pesquisa do LABHOI que ele integra desde 2013, com pesquisadores da UFF e da Unirio, intitulado “História Pública, Memória e Escravidão Atlântica no Rio de Janeiro”. O projeto

identifica no poder aglutinador da cultura um instrumento de resistência, de transformação social e de organização da sociedade civil. Essencialmente, a cultura tem possibilitado a afirmação da diversidade da sociedade nacional, rompendo com imagens homogeneizadoras da nação e fortalecen-

do as bases da democracia no Brasil (<http://lattes.cnpq.br/3370174549693577>).

Assim, o antropólogo compartilha o papel transformador atribuído à cultura que é veiculado no projeto RDE e entende o patrimônio como um meio de trazer à tona as relações de dominação e as possibilidades de empoderamento de grupos politicamente minoritários.

A intenção de Guran de dar visibilidade ao sítio arqueológico culmina com a ideia de que o Cais do Valongo deve ser reconhecido pela Unesco como patrimônio da humanidade. Isto implica situar o cais na escala do mundo inteiro, característica dos aspirantes ao *status* de patrimônio da humanidade (Fabre, 2009). Por isso é que o sítio arqueológico se torna “o maior símbolo do comércio de africanos fora da África”.

Desde que o cais é desenterrado, integrantes do movimento negro também contribuem fortemente para a elaboração das suas novas representações e para o seu reconhecimento pela Unesco. Um dos principais ativistas negros envolvidos com o processo de patrimonialização do cais tinha recentemente visitado a Casa dos escravos da Ilha de Gorée, no Senegal, um dos mais emblemáticos locais do RDE na costa africana. Ele ficou profundamente sensibilizado com os relatos então produzidos pelos guias turísticos sobre as condições de aprisionamento e transporte dos africanos escravizados. Outros ativistas também envolvidos com a questão já haviam participado de reuniões no Brasil sobre o RDE. Juntos, esses atores tiveram uma atuação central em todo esse processo. Neste artigo, não pretendo negar a atuação fundamental dos ativistas negros e nem de outros grupos de atores, mas sim ressaltar e analisar algumas características que considero serem próprias da ação do antropólogo Milton Guran.

Para que o reconhecimento da Unesco possa ocorrer, o antropólogo deve se empenhar em sensibilizar os demais atores e instituições necessários, e havia instituições em que a resistência a esse projeto precisava ser vencida. O Iphan, por exemplo, tem ações em todo o país e nem sempre tem o patrimônio afro-brasileiro entre as suas prioridades.

Convencer esta instituição da importância do Cais do Valongo levou tempo e foi facilitada em fins de 2012 com a chegada de Jurema Machado à presidência, que tinha uma particular sensibilidade e abertura para o patrimônio de grupos minoritários, segundo o próprio Guran. No Brasil, todos os pedidos de reconhecimento da Unesco devem ser encaminhados pelo Iphan, já que este é o órgão que representa oficialmente o país nas ações de preservação patrimonial, daí a importância fundamental da sua participação no reconhecimento do cais.

Guran também conseguiu sensibilizar um outro ator fundamental, o embaixador Laudemar Aguiar, na época coordenador de Relações Internacionais na Prefeitura do Rio, que fez a mediação com o prefeito. Graças à atuação de Laudemar, o prefeito concordou em patrocinar a reunião estatutária do Conselho Científico Internacional do projeto RDE, no Rio de Janeiro, em novembro de 2013, que oficializou a candidatura do cais junto à Unesco. Para essa reunião, Guran se empenhou em trazer pessoas de vários países que eram formadoras de opinião. O próprio Ali Moussa, diretor do RDE na Unesco, esteve presente na reunião e foi informado por Guran da importância do cais. Em seguida, o antropólogo levou-o até o sítio arqueológico e transmitiu-lhe um pouco mais do seu próprio entendimento sobre o significado do local.

A estratégia de Guran pode ser resumida na expressão “mandei o Valongo nele”, que ele mesmo criou, jocosamente, com o intuito de levar a cabo o seu projeto de fazer o cais ser reconhecido pela Unesco. Assim, cada vez que encontrava casualmente com alguma autoridade que poderia contribuir para o seu processo de patrimonialização, o antropólogo alertava-a sobre a importância desse sítio arqueológico, o que incluiu até a então presidenta Dilma Rousseff.

Uma vez que as principais instâncias envolvidas conseguem entrar num acordo sobre a importância do reconhecimento da Unesco, inicia-se o processo de elaboração do dossiê de candidatura do bem a ser tombado pelo órgão internacional. Mais uma vez, o papel de Guran é

fundamental, na medida em que ele se torna consultor do Iphan para a elaboração desse dossiê, desempenhando o papel de coordenador da sua equipe de elaboração. Imbuído dessa nova função, o antropólogo pode dar ainda mais força e consistência aos seus próprios entendimentos sobre o sítio arqueológico a ser tombado, consagrando a representação do cais como o maior símbolo do tráfico transatlântico negreiro fora da África – uma história que diria respeito a toda a humanidade e que precisava vir à tona, ser desvelada.

O antropólogo como tradutor

As novas representações que envolvem o cais desde que foi desenterado, em 2011, devem ser entendidas à luz de um novo enquadramento (Butler, 2015) do tráfico transatlântico de africanos que traz uma nova moralidade para o processo de escravização. Um dos acontecimentos centrais para essa mudança de perspectiva ocorreu em 2001, com a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, organizada pela ONU, em Durban. Nela, o tráfico transatlântico negreiro e a escravização de africanos e afrodescendentes são classificados como crimes contra a humanidade, em analogia com o Holocausto judeu. Ao mesmo tempo, a conferência estabelece um vínculo direto entre a escravidão e o tráfico de escravos, de um lado, e o racismo e a discriminação racial, de outro, não só na origem do processo de escravização, mas também como uma das suas consequências na atualidade (Conferência, 2001). Graças a esse enquadramento, a Conferência propicia uma nova forma de identificação, a dos “descendentes de escravizados” (Barrett, 2004), bem como os pedidos de reparação para os que se consideram vítimas desse crime histórico. A possibilidade de reparação surge então como uma tentativa de reduzir a desigualdade racial e restaurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos que foram atingidos pelo processo de discriminação.

Mas, para além desses fatos, a noção de reparação traz à tona uma nova moralidade que repousa na ideia de uma dívida histórica que deve ser sanada. Ela se assenta num processo mais amplo de vitimização que atribui à categoria contemporânea da “vítima” um caráter eminentemente político de reivindicação de direitos (Sarti, 2011). Assim, as novas narrativas sobre os africanos escravizados repousam no reconhecimento e na denúncia moral do seu processo de vitimização, em nome do qual a reparação pode ocorrer (Vassallo, 2017). Tais representações ficam evidentes nas declarações de Edna Roland, relatora da Conferência de Durban e integrante do movimento negro, em sua síntese das principais ideias defendidas durante esta conferência:

A Escravidão e o Tráfico de Escravos foram considerados horríveis tragédias na história da humanidade, não apenas por causa do seu terrível barbarismo mas também em termos da sua magnitude, natureza organizada e especialmente sua negação da essência das vítimas[...]. A Conferência reconheceu e lamentou profundamente os massivos sofrimentos humanos e o trágico destino de milhões de homens, mulheres e crianças causados pela escravidão, tráfico de escravos, tráfico transatlântico de escravos, *apartheid*, colonialismo e genocídio e apela aos Estados envolvidos a honrar a memória das vítimas das tragédias passadas.

Mais à frente, a autora lembra de outra passagem importante da conferência:

lembrar os crimes e erros do passado, onde quer que e quando tenham ocorrido, condenar inequivocamente as tragédias racistas e contar a verdade sobre a história são elementos essenciais para a reconciliação internacional e a criação de sociedades baseadas na justiça, igualdade e solidariedade.³

3 Disponível em: <https://observatoriodamulher.wordpress.com/2006/08/10/rep- parar-a-memoria-das-vitimas-da-escravidao-edna-roland/>. Acesso em 18/10/15.

Os entendimentos e as classificações da escravidão promovidos durante a Conferência de Durban conferem novos significados aos locais que integram o RDE. Assim, ao longo dos anos 2000, alguns pontos de embarque de escravos na costa africana que integram o RDE tornaram-se locais de pedidos públicos de perdão dos mais altos representantes de diversas nações pelo envolvimento pregresso de seus países com a escravidão. Foi o caso do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, do presidente da República dos EUA, Bill Clinton, do presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva e do Papa João Paulo II, que ocupavam tais cargos nessa época (Araújo, 2007). Desde então, diversos países da Europa, das Américas e do Caribe procuram dar visibilidade às memórias do tráfico transatlântico negreiro através da criação de museus, monumentos e roteiros turísticos (Araújo, 2014).

Percebemos que há aqui um novo significado atribuído à escravização de africanos e seus descendentes, permeado por fortes denúncias e condenações morais do ato de escravizar, que desloca o foco para o sofrimento dos que passam a ser considerados vítimas. Além disso, há a ideia de que é preciso fazer emergir a “verdade” sobre essa história que estaria oculta por relatos que encobertam as relações de dominação e naturalizam o processo de escravização e a figura do escravizado. O “Projeto Rota do Escravo” também contribui para essas transformações semânticas, na medida em que os locais de embarque de africanos cativos se tornam um dos mais poderosos símbolos desse crime contra a humanidade, e é por isso que é neles que ocorrem os pedidos públicos de perdão.

Acredito que Milton Guran seja um dos principais agentes que traduzem para o Cais do Valongo essas ideias que circulam no plano internacional e, com isso, contribui para a ampla divulgação de tais representações e da moralidade que carregam consigo. Seu entendimento de que o cais é o ponto central de todo o inventário sobre os cem lugares mais representativos da memória e da história dos africanos escravizados no Brasil, sua “joia da coroa”, é fortemente iluminado pelo fato de

estar ocupando o cargo de representante do comitê científico do RDE da Unesco. Sua atuação neste cargo funciona como uma poderosa lente através da qual interpreta o achado arqueológico. É ela que norteia a sua avaliação de que o cais deve ser reconhecido como patrimônio da humanidade. Assim, Guran se torna um mediador que retoma ideias veiculadas num contexto internacional e as reelabora para o Cais do Valongo segundo as especificidades locais. Graças à sua atuação, o sítio arqueológico condensa o novo imaginário sobre a escravidão e a sua moralidade, tornando-se um dos seus principais símbolos no Brasil e contribuindo para a intensificação dos pleitos de reparação dos ativistas negros. O reconhecimento do Cais como patrimônio da humanidade, dado pela Unesco em junho de 2017, legitima e dá ampla divulgação ao novo simbolismo que ele cristaliza.

Graças à atuação do antropólogo e dos demais atores engajados no reconhecimento do Cais pela Unesco, o sítio arqueológico adquire a força simbólica que as atuais representações da escravização oferecem: o de um local que abrigou um terrível crime contra a humanidade, que traz uma história trágica que precisa ser revelada, que levou ao sofrimento e à vitimização de milhões de pessoas, e que está na origem da persistência da desigualdade racial. Ao traduzir o sítio arqueológico para essa chave de entendimento, Guran o reinsere na escala transnacional de uma história que passa a dizer respeito a toda a humanidade, ampliando o seu simbolismo e conferindo-lhe um enorme poder. Com isso, o antropólogo contribui amplamente para a difusão do novo enquadramento da escravização de africanos e de seus descendentes, que no Brasil estava até então mais restrita aos círculos dos ativistas negros e de alguns pesquisadores universitários. Além disso, Guran produz uma mudança espacial nas narrativas sobre a herança africana no Brasil, que se deslocam da Bahia para o Rio de Janeiro.

Considerações finais

Neste trabalho procurei mostrar a centralidade da atuação do antropólogo Milton Guran no processo de patrimonialização do Cais do Valongo. Por um lado, Guran foi um importante agente que informou e sensibilizou diversos atores necessários ao reconhecimento do sítio arqueológico pela Unesco, por outro, Guran teria sido um dos principais – senão o principal – incentivadores e articuladores do reconhecimento do cais como patrimônio da humanidade. E isto ocorre porque, graças ao seu cargo de representante da Unesco, ele *traduz* para o cais os novos entendimentos e sensibilidades sobre a escravidão negra que se elaboram internacionalmente. Assim, ele consagra uma das principais versões do sítio arqueológico, na qual o cais atinge uma escala de abrangência internacional e se torna o maior símbolo do tráfico transatlântico negreiro fora da África.

A leitura de Guran traz para o sítio arqueológico a condenação moral do sofrimento e da dor causados aos africanos e aos seus descendentes pela escravização, bem como a ideia de vitimização dos escravizados. Ao fazê-lo, retoma a seu próprio modo os significados do RDE e da Conferência de Durban, de 2001, reelaborando-os com base no Cais do Valongo. Graças à rede de relações que ele tece e ao seu importante papel de representante da Unesco e de coordenador do dossiê, é justamente esta versão do cais que mais facilmente se consagra. É ela que chega a diferentes autoridades e que permeia o dossiê de candidatura enviado à Unesco.

Desta forma, Guran se torna um importante agente não só da patrimonialização desse sítio arqueológico, mas também da mudança de enquadramento relacionada à escravidão negra no país, em que esse processo histórico passa a ser permeado por uma forte condenação moral e se torna um crime contra a humanidade. Assim, o Cais do Valongo pode se tornar o local mais emblemático da denúncia da escravização de africanos no Brasil e de seus efeitos no presente.

Inspirando-me em Michel Callon (1986), acredito que a produção de um fato científico constitua o resultado, e não o ponto de partida

da investigação. Através da sua atuação, o antropólogo Milton Guran não “revelou” um fato até então encoberto, mas ele o *produziu*. Procurei mostrar que o significado que ele atribui ao Cais do Valongo é socialmente construído no contexto das novas representações que a escravidão adquire tanto internacional quanto localmente.

Referências

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile; DOBEDEI, Vera (orgs.). *Memória e novos patrimônios*. Marseille: Open Edition Press, 2015. p. 67-93.

ARAUJO, Ana Lúcia. *Mémoires de l'esclavage et de la traite des esclaves dans l'Atlantique Sud: enjeux de la patrimonialisation au Brésil et au Bénin*. Tese (Doutorado em História) – Université de Laval, 2007.

_____. *Shadows of the slave past: memory, slavery and history*. New York and London: Routledge, 2014.

BARRETT, Autumn R.D. *Honoring the ancestors: historical reclamation and self determined identities in Richmond and Rio de Janeiro*. Ph. D. Dissertation (Department of Anthropology) – College of William and Mary, 2014.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. In: LAW, J. *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?* London: Routledge, 1986. p. 196-223.

CONFERÊNCIA Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. 2001. Durban, África do Sul.

Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf. Acesso em 02/08/17.

DECRETO Municipal nº 24.088, de 5 de abril de 2004.

FABRE, D. Introduction: habiter les monuments. In: FABRE, D.; IUSO, A. *Les monuments sont habités*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2009. p. 17-54.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África*. Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GURAN, Milton. *Agudás: Os "brasileiros" do Benin*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/EGF – Editora Gama Filho, 2000.

HONORATO, Cláudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense, 2008.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*. Niterói, RJ: PPGH-UFF, 2014.

MOUSSA, Ali. Lugares de memória: escrever a história do tráfico negreiro e da escravidão na geografia. In: MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. *Inventário dos Lares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*. Niterói, RJ: PPGH-UFF, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, jan./abr. 2011.

SOARES, Mariza de Carvalho. Nos atalhos da memória: monumento a Zumbi. In: KNAUSS, Paulo (ed.). *A cidade vaidosa*. Imagens urbanas do Rio de Janeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999. p. 117-135.

VASSALLO, Simone Pondé. Interventions urbaines et processus de patrimonialisation: la construction d'un territoire noir dans la zone portuaire de Rio de Janeiro (1980-2000). In: CAPONE, Stefania; MORAES, Mariana R. de. *Afro-patrimoines: culture afro-brésilienne et dynamiques patrimoniales*. Paris: Lahic/CNRS, 2015.

_____. De “objetos da ciência” a “restos mortais ancestrais”: patrimônio, política e religião no Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro. In: GOMES, Edlaine; OLIVEIRA, Paola Lins (orgs.). *Olhares sobre o patrimônio religioso no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Mar de Ideias, 2016. p. 387-417.

_____. Entre vidas objetificadas e vítimas da escravidão: a trajetória das ossadas do Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana*, n. 25, p. 277-297, 2017. Disponível em www.sexualidadsaludysociedad.org.

VASSALLO, Simone Pondé; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Dossiê Diásporas, n. 43, 2015.